

HABEAS CORPUS Nº 502.402 - SP (2019/0094905-7)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : WELSON OLEGARIO
ADVOGADO : WELSON OLEGÁRIO - SP0097362
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : FERNANDO MATEUS POLI

DECISÃO

Trata-se de **habeas corpus**, com pedido liminar, impetrado em benefício de **FERNANDO MATEUS POLI**, contra r. decisão que indeferiu o pedido liminar no writ. n. **2023067-96.2019.8.26.0000**, em trâmite no eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo**.

Depreende-se dos autos que a Defesa do paciente impetrou **habeas corpus** junto ao eg. Tribunal de origem, apontando como autoridade coatora o e. Promotor de Justiça da Comarca de Fernandópolis/SP, que teria solicitado a instauração de inquérito policial em seu desfavor.

Todavia, ao analisar o pedido liminar, o em. Desembargador Relator do feito indeferiu a medida de urgência, nos termos da decisão proferida em 12/2/2019 (fls. 38-39), a qual foi posteriormente mantida em sede agravo regimental (fls. 53-55).

No presente writ, a Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de São Paulo, ora impetrante, pleiteia, inicialmente, a superação do óbice contido no enunciado sumular n. 691 do Col. Supremo Tribunal Federal.

Afirma, em síntese, que não há justa causa para a propositura da ação penal, uma vez que o paciente agiu no exercício de sua profissão, no âmbito de suas prerrogativas profissionais, não com dolo específico de caluniar, referindo-se aos magistrados no sentido genérico e não à pessoa do d. Juiz da causa.

Requer, ao final, o deferimento do pedido liminar "*para fim único de suspender-se o indiciamento ou prosseguimento de procedimento já mencionado contra o Paciente até julgamento final do presente pedido*" (fl.

12).

O pedido liminar foi **indeferido** às fls. 59-61.

Pleito de reconsideração **indeferido** às fls. 109-133.

Informações prestadas às fls. 65-108 e 140-148.

O Ministério Público Federal, às fls. 170-173 manifestou-se pelo não conhecimento do **writ**, mas, se conhecido, pela concessão da ordem, em parecer que restou assim ementado:

"HABEAS CORPUS CONTRA DECISÃO QUE INDEFERE LIMINAR. SUPERVENIÊNCIA DO JULGAMENTO DO HABEAS CORPUS IMPETRADO NA ORIGEM. NÃO CONHECIMENTO. INVESTIGAÇÃO PENAL. CALÚNIA. MANIFESTA ATIPICIDADE DA CONDUCTA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL CARACTERIZADO.

1. Não é cabível impetração de habeas corpus contra indeferimento de medida liminar, perante Tribunal inferior, em ação de igual natureza, sob pena de indevida supressão de instância, salvo em casos de flagrante ilegalidade ou de teratologia da decisão singular (Súmula 691/STF).

2. Ainda que sobrevenha julgamento do mandamus pela Corte a quo, o habeas corpus não é instrumento adequado a servir de sucedâneo de recurso, como nos casos em que é impetrado contra acórdão que denega outro writ ajuizado no Tribunal de origem, para o qual há previsão constitucional de interposição de recurso ordinário (art. 105, II, a).

3. A calúnia deve estar dirigida a uma pessoa certa e determinada. No caso, a afirmação, no seu contexto, se mostra genericamente dirigida a todo magistrado, e não especificamente ao juiz da causa.

4. A possível calúnia consistiria em atribuir ao Juiz de Direito fato tipificado, em tese, como crime de prevaricação (art. 319 do CP). Contudo, ao se confrontar a afirmação do paciente com os elementos do tipo penal de prevaricação, não se vislumbra a circunstância elementar "satisfação de interesse ou sentimento pessoal" – o que também demonstra a atipicidade da conduta investigada.

5. Parecer pelo não conhecimento do habeas corpus; se conhecido, pela concessão da ordem."

É o relatório.

Decido.

Verifica-se, da análise dos autos, que o presente **writ** investe contra decisão proferida por em. Desembargador de Tribunal de Justiça que indeferiu o pedido liminar em **habeas corpus** impetrado na origem.

Sobre o tema, insta consignar que a jurisprudência desta Corte há muito já se firmou no sentido de que, ressalvadas hipóteses excepcionais, descabe o instrumento heróico em tais situações, sob pena de ensejar supressão de instância.

Tal matéria encontra-se, inclusive, sumulada, conforme se depreende do enunciado sumular n. **691/STF**, **in verbis**: "*Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*".

Ademais, consoante as informações obtidas no sítio do eg. Tribunal **a quo**, verifica-se a ocorrência do julgamento **do mérito** do **writ** originário em 16/5/2019, publicado em 28/5/2019, o que demonstra que houve a perda superveniente do objeto do presente **mandamus**, uma vez que os argumentos, expostos contra a decisão indeferitória da medida liminar, encontram-se superados em vista do julgamento definitivo do **habeas corpus** da origem.

Nesse sentido a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça:

"PENAL. HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECUSO ESPECIAL. NÃO CABIMENTO. SUPERAÇÃO DO ÓBICE IMPOSTO PELO ENUNCIADO DA SÚMULA N. 691 DO STF. IMPOSSIBILIDADE. TRÁFICO DE DROGAS. MÉRITO DO WRIT ORIGINÁRIO JULGADO NA ORIGEM. PREJUDICIALIDADE. PERDA DE OBJETO. HABEAS CORPUS PREJUDICADO.

I - A Terceira Seção desta Corte, seguindo entendimento firmado pela Primeira Turma do col. Pretório Excelso, firmou orientação no sentido de não admitir a impetração de habeas corpus em substituição ao recurso adequado, situação que implica o não conhecimento da

impetração, ressalvados casos excepcionais em que, configurada flagrante ilegalidade apta a gerar constrangimento ilegal, seja possível a concessão da ordem de ofício.

II - A via do writ somente se mostra adequada para a análise da dosimetria da pena se não for necessária uma análise aprofundada do conjunto probatório e caso se trate de flagrante ilegalidade. Vale dizer, "o entendimento deste Tribunal firmou-se no sentido de que, em sede de habeas corpus, não cabe qualquer análise mais acurada sobre a dosimetria da reprimenda imposta nas instâncias inferiores, se não evidenciada flagrante ilegalidade, tendo em vista a impropriedade da via eleita" (HC n. 39.030/SP, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves, DJU de 11/4/2005).

III - O presente writ investe contra decisão proferida por em. Desembargador de Tribunal de Justiça que denegou o pedido liminar em habeas corpus impetrado na origem. Sobre o tema, contudo, insta consignar que a jurisprudência desta Corte há muito já se firmou no sentido de que, ressalvadas hipóteses excepcionais, descabe o instrumento heróico em situação como a presente, sob pena de ensejar supressão de instância. Tal matéria encontra-se, inclusive, sumulada, conforme se depreende do enunciado sumular nº 691/STF, in verbis: "Não compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar".

IV - Segundo informações obtidas no sítio eletrônico do eg. do Tribunal de origem, verifica-se que sobreveio julgamento definitivo do habeas corpus originário em 08/03/2018. Desse modo, forçoso reconhecer a prejudicialidade do presente mandamus, tendo em vista a perda superveniente de seu objeto, uma vez que os seus argumentos, expostos contra a decisão monocrática que indeferiu a medida liminar, restaram superados com o julgamento definitivo do writ na origem.

Habeas Corpus prejudicado" (HC 433.833/SP, Quinta turma, de minha relatoria, DJe de 30/4/2018).

"AGRAVO REGIMENTAL EM HABEAS CORPUS. PRISÃO PREVENTIVA. IMPETRAÇÃO CONTRA DECISÃO DE DESEMBARGADOR QUE INDEFERIU PEDIDO LIMINAR. FLAGRANTE ILEGALIDADE NÃO EVIDENCIADA. ÓBICE DA SÚMULA 691 DO STF.

[...]

3. A superveniência do julgamento de mérito do habeas corpus originariamente impetrado torna prejudicado o

presente writ, visto que uma nova decisão foi proferida, substituindo o decisum aqui atacado, qual seja, o que indeferiu a liminar pleiteada no remédio constitucional lá impetrado.

4. Agravo regimental não provido" (AgRg no HC n. 289.064/SP, **Sexta Turma**, Rel. Min. **Rogério Schietti Cruz**, DJe de 15/9/2014, grifei).

Ante o exposto, nos termos do art. 34, XI, do RISTJ, **julgo prejudicado o habeas corpus.**

P. I.

Brasília, 11 de junho de 2019.

Ministro **Felix Fischer**

Ministro

